

O INTERSEXUAL E A EDUCAÇÃO

DOMINGOS APOSTOLO DE SOUSA

ALAGOINHAS NOVEMBRO/2016

Esta pesquisa faz uma reflexão em torno da Intersexualidade.

No Brasil, não há políticas públicas específicas para Intersexuais. Assim como não há nenhuma associação atuante que seja exclusivamente voltada para a demanda de pessoas Intersexo. “As demandas são expressas e resolvidas isoladamente, ou mesmo, articuladas às reivindicações e projetos de leis de outros grupos identitários, como transexuais e travestis”. Assim:

“a visibilidade pode ser considerada como um instrumento de emancipação e de promoção da dignidade em pessoas nascidas Intersexuais”.

Afirma Ana Canguçu Campinho, (2002), psicóloga do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (6).

É importante que se respeite a condição sexual de qualquer pessoa e entender que, qualquer ser humano que apresente sinais de Intersexualidade, prescindirá a rótulos já que o mesmo, geralmente, tem a orientação sexual e genitália diferente da heteronormativa. Isso quer dizer que, os Intersexuais podem vir a ter uma orientação heterossexual, bissexual, homossexual ou assexual, além de órgãos sexuais dos gêneros masculino e feminino. “Pois, como bem revelou Simone de Beauvoir, no livro “Le Deuxième Sexe”: não se nasce mulher, torna-se”.

Tendo como um dos seus nomes mais marcantes Judith Butler, na Teoria Queer, assume-se como emancipatória, ao defender que as identidades são criadas pela repetição de certos atos culturalmente inscritos no corpo. Reagindo às políticas de identidade, que haviam sido, nas décadas de 70 e 80, fulcrais para o sucesso das políticas de inclusão social, Judith Butler, parte desse “On ne naît pas femme, on le devient”, de Beauvoir, para acentuar a ideia de que a identidade é fluida e instável e de que “gênero” é um conjunto de atos performativos. Neste caso, em lugar de se ler “Não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres”, poderia ler-se “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, ou seja, todos e todas nós aprendemos a construir identidades a partir de modelos aparentemente matriciais, que se foram depois cristalizando, mas que são

eles próprios, simulacros. A ênfase é, pois, colocada na transformação – que, podendo ser limitação, pode igualmente expandir-se para gesto de liberdade. Para Butler: “Desafiar o poder normativo da linguagem em matéria de gênero, é ver seu corpo enfraquecido no reconhecimento de sua própria existência.” (8).

A partir desse pressuposto, propor-nos-emos a refletir sobre preconceito e discriminação com relação a gênero vivenciado em qualquer situação envolvendo Intersexuais no âmbito educacional.

Destacaremos a pessoa que é Intersexual, as situações de bullying e preconceito de que é vítima, a partir de algumas situações. Apresentaremos, também, a sua difícil relação no âmbito da escola e sugeriremos a formação de educadores para lidar com a diferença.

O conteúdo desta pesquisa foi construído a partir das reflexões oriundas em textos diversos, como também, a partir de observações realizadas em seminários, cursos e fatos cotidianos que contemplam a temática em questão.

Dessa forma, faz-se mister, a necessidade de cursos voltados para a formação de educadores das escolas da rede pública de ensino, para que os mesmos saibam lidar com a diferença.

As situações às quais nos referimos, advém do fato de que os Intersexuais, em decorrência da ambiguidade da genitália indefinida, sofrem preconceito e exclusão social, principalmente na escola.

A problemática que discutiremos neste artigo advém do despreparo dos Sistemas Educacionais em lidar com situações, devido ao preconceito contra estudantes e mesmo educadores, que, por ventura, apresentam uma diferença em relação à sexualidade heteronormativa.

Sabemos que o assunto ainda é considerado um tabu, com base no que diz Daniela Truffer.

“... a educação sexual é o melhor instrumento para quebrar os tabus sociais. Os manuais escolares deveriam falar das numerosas variantes da intersexualidade para que as crianças sejam ao mesmo tempo aceitas e melhor informadas, como, aliás, os adultos”.

Isso demandaria um grande esforço e compromisso por parte dos Sistemas de Ensino, que deverão contar, com outros profissionais da área de saúde e, prioritariamente, a família, como também, os Conselhos Educacionais, Colegiados, Associações, Sindicatos, Igreja, OAB, Justiça, Público, ONG, empresários, classe artística, políticos, profissionais liberais, etc.

Equivocadamente tratados como “hermafroditas” por muitos anos, atualmente, o termo preferível é o Intersexual; sobre isso, Small Luk é enfática:

“... intersexualidade inclui qualquer variação de caracteres sexuais, que pode envolver ambiguidade genital ou dismorfismo sexual como o aspecto da face, voz, membros e formato de partes do corpo – o termo é preferível a “hermafrodita” por ser mais abrangente”.

Ana Canguçu de Pinho, Simone de Beauvoir, Judith Butler, Luiz Mott, entre outros, são alguns dos estudiosos em torno do assunto em questão, que darão parte do embasamento teórico para uma reflexão em torno da Intersexualidade.

Ainda criança, o Intersexual, não apresenta orientação sexual definida. A partir da idade adulta, certamente, o mesmo deverá exercer a sua sexualidade, a partir do livre arbítrio em optar por seguir algum segmento sexual que mais lhe aprouver, na plenitude da escolha por uma das duas sexualidades com as quais nasceu naturalmente, ficar com as duas, ou, também, abstemidamente, permanecer assexuado.

A Intersexualidade, segundo a Sociedade Norte Americana de “Intersexo” - ISNA, vem a ser uma denominação geral que podemos usar para definir uma variedade de formas, quando alguém vem a nascer com uma genitália constituída de órgãos sexuais ou reprodutivos, que não estão definidos a partir do que temos como estabelecido, para o que chamamos gênero masculino ou feminino (4). Desta forma, temos que, os indivíduos que apresentam uma constituição de intersexualidade, são possuidores de órgãos sexuais que contemplam os gêneros citados.

Equivocadamente tratados como “hermafroditas” por muitos anos, atualmente, o termo preferível é o Intersexual; sobre isso, Small Luk/2011 é enfática:

“... a intersexualidade inclui qualquer variação de caracteres sexuais, que pode envolver ambiguidade genital ou dimorfismo sexual como o aspecto da face, voz, membros e formato de partes do corpo – o termo é preferível a “hermafrodita” por ser mais abrangente”.

Faz-se, mister, destacar que, o material construído para as formações, terão como base, também, o conteúdo disponibilizado na Internet contido no kit - anti homofobia. Sobre o mesmo, Angela Chagas indaga:

“Dois anos após veto, MEC diz que ainda 'analisa' kit anti-homofobia” (2013):

O kit anti-homofobia é composto de um caderno com orientações sobre atividades que podem ser desenvolvidas pelos professores em sala de aula; de seis boletins destinados aos estudantes; de cartazes para divulgar o programa na comunidade escolar, de cartas endereçadas a professores, além de três vídeos para serem trabalhados em sala de aula. O kit de combate à homofobia - que integra o projeto Escola sem Homofobia - foi desenvolvido por diversas entidades não governamentais: Diálogos Formativos, Contra Racismo, Sexismo e Homofobia (Bahia/2012); Secretaria Estadual da Educação – Instituto Anísio Teixeira – IAT; Projeto “Escola Igualitária, Educando para a Diversidade” (2013); Plano Municipal de Educação – PME; Alagoinhas-BA; Nov. 2012.

Objetivo Geral:

- Discutir sobre a Intersexualidade no âmbito educacional.

Objetivos específicos:

- Conhecer a Intersexualidade;
- Verificar como o ambiente escolar trata o Intersexual;
- Promover cursos de formação para educadores na área de políticas das subjetividades;

- Avaliar o impacto dos cursos de formação na área de políticas das subjetividades no cotidiano das Unidades Escolares;
- Dar apoio às famílias dos Intersexuais na lida com os mesmos;
- Realizar palestras informativas sobre as subjetividades, com ênfase na Intersexualidade para a comunidade.

5 – METODOLOGIA

As ONGS que atuam em Alagoinhas e região serão consultadas para apoio ao trabalho de pesquisa de campo. Além disso, contaremos com o apoio de cidadãos que tenham interesse em participar da pesquisa, líderes comunitários, membros dos Conselhos Municipais, integrantes de Igrejas, psicólogos, psiquiatras, pedagogos e estudantes de graduação e pós-graduação que tenha como objeto da linha de pesquisa para os seus trabalhos acadêmicos, a questão da diversidade sexual.

Inicialmente, procuraremos os Sistemas de Ensino: Rede Municipal de Educação e o Núcleo Regional de Educação – NRE 18, para discutirmos sobre as situações com relação à Intersexualidade nas Unidades Escolares (U.E.).

Utilizaremos estudantes das U.E., Universidades e Faculdades para pesquisa de campo a partir de entrevistas nas Unidades Escolares, Associações de Bairro, residências, onde serão utilizados questionários, análise de documentos, entre outros materiais disponíveis, embasados na pesquisa descritiva.

Deveremos estar realizando reuniões rotineiras para discussão das estratégias de intervenção e avaliação com os educadores, a família dos estudantes, corpo gestor das Unidades Escolares, membros representantes de órgãos gestores da comunidade, estudantes e pessoas interessadas na temática.

Procuraremos estar sempre tendo como base para as discussões, a análise dos dados dos questionários, a constante avaliação dos mesmos e a consideração de fatos novos que venham a surgir, durante a reflexão sobre a temática em questão.

Solicitaremos dos gestores dos Sistemas de Ensino, condições estruturais para suprir as demandas de materiais a serem utilizados na execução das tarefas intrínsecas à pesquisa, como também, os locais onde acontecerão as reuniões que permearão todas as situações envolvendo as discussões sobre Intersexualidade.

Os cursos de formação deverão ser semipresenciais, ou seja, a parte introdutória e a final, presencial, a intermediária, à distância, através da videoconferência, com o apoio de dois tutores, um presencial e outro à distância. A carga horária será de 360 horas, a nível de especialização lato sensu.

Promoveremos também palestras em torno da questão da Intersexualidade para a sociedade em geral, inclusive para as Faculdades e colégios privados, como também, outros espaços sociais que lidem com a sociedade.

Estimularemos também a denúncia de toda e qualquer violência praticada contra qualquer Intersexual ou pessoas que apresentem diferenças da heteronormatividade ou qualquer outra que, por ventura, demandar preconceito e exclusão.

Teremos como base bibliográfica o acervo da Universidade do Estado da Bahia, a Biblioteca do Dr. Luiz Mott, Jornal O Lampião (1978/81), além de filmes, outros livros e textos disponibilizados na Internet.

7 - BIBLIOGRAFIA

- MOTT, Luiz; Hermafroditismo, pseudo-hermafroditismo e intersexualidade; Artigo, UFBA; 2006;
- BEAUVOIR, Simone; O Segundo Sexo; 2009; São Paulo; ed. Atlas;
- REIS, Toni; Manual de Comunicação LGBT; ABGLT; Curitiba; 2009; Ajir Artes Gráficas e Editora Ltda.
- CANGUÇU, Ana; Intersexuais são 167 mil, mas ainda estão invisíveis;
- MENDES, Natália; O Drama das Pessoas Intersexuais; Brasil de Fato;
- LUK, Small; Ningún niñx debe sufrir mi terrible experiencia, dice la Hongkonesa Small Luk, que fue forzada a ser un niño;.2015;
- CHAGAS, Angela; Dois anos após veto, MEC diz que ainda 'analisa' kit anti-homofobia; 2013; <https://noticias.terra.com.br/educacao/dois-anos-apos-veto-mec-diz-que-ainda-analisa-kit-anti-homofobia.62a3a67b302be310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>;
- LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- Jornal O Lampião; 1978-1981;
<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.
- CANGUÇU, Ana; Dignidade da Criança em Situação de Intersexo: Orientações para a Família; 2014;
<https://intersexualidade.files.wordpress.com/2014/10/versc3a3o-blog-intersexualidade.pdf>
- KIT-ANTI HOMOFOBIA; <https://www.youtube.com/watch?v=a47cSCeEBel>; MEC;

- Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;